

Inquérito Civil n. 06.2016.00008827-1

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado pela Promotora de Justiça **Lara Peplau**, doravante designada **COMPROMITENTE**, e **MÁRIO FERNANDES**, brasileiro, servidor público municipal, portador do RG n.1.573.421 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.477.649.299-72, residente e domiciliado na Servidão Evaldo Lohn, n. 47, bairro Centro, município de Águas Mornas/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 27, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual (Constituição Federal, art. 129, inciso II; Constituição do Estado de Santa Catarina, art. 95; Lei Federal n. 8.625/93, art. 27, inciso II; Lei Complementar Estadual n. 738/2019, art. 90, inciso VII, alínea 'b');

CONSIDERANDO que o art. 17, *caput*, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), garante a legitimidade do Ministério Público para tutelar a moralidade administrativa;

CONSIDERANDO que a competência para a deflagração eventual de ação civil pública é estabelecida pelo local do dano, nos termos do art. 2º, da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a utilização de bem público por servidor para interesse particular constitui ato de improbidade administrativa, conforme art. 9º, inciso IV, da Lei n. 8.429/92 ;

CONSIDERANDO que "*ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano*" (art. 5º da Lei n. 8.429/92);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Estadual n. 738/2019 em seu artigo 97 dispõe que: "o órgão do Ministério Público, nos inquéritos civis ou nos procedimentos administrativos preparatórios que tenha instaurado, e desde que o

2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro Da Imperatriz

fato esteja devidamente esclarecido, poderá formalizar, mediante termo nos autos, compromisso do responsável quanto ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, ou das obrigações necessárias à integral reparação do dano, que terá eficácia de título executivo extrajudicial";

CONSIDERANDO que o Assento 001/2017 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Santa Catarina dispõe que "tratando-se de Inquérito Civil ou procedimento preparatório que tem por objetivo a investigação do cometimento em tese de ato de improbidade administrativa, é possível a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nas seguintes hipóteses: 1 - integral reparação dos danos causados ao erário; 2 - restituição integral do acréscimo patrimonial indevido; 3 - cumprimento de obrigação de fazer e não fazer; e 4 - quanto a conduta do agente configurar mera irregularidade administrativa. É vedada transação acerca das sanções previstas no art. 12, da Lei Federal n. 8.429/92, cuja aplicação deve ser perseguida em ação própria sempre que a investigação colher elementos suficientes para tanto";

CONSIDERANDO o disposto no art. 25, §2º do Ato n. 395/2018/PGJ que prevê que "é cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado";

CONSIDERANDO que por meio do arcabouço de informações do presente Inquérito Civil restou comprovado que o Senhor Mário Fernandes utilizou o veículo oficial pertencente ao Município de Águas Mornas para fins de deslocamento entre residência/trabalho e trabalho/residência, conforme demonstram os documentos de p. 4-29, 64, 65, 66, e 67;

CONSIDERANDO que o Compromissário Mário Fernandes reside na rua Servidão Evaldo Lohn, n. 47, centro de Águas Mornas, local que dista cerca de 160 (cento e sessenta) metros da Prefeitura Municipal de Águas Mornas;

CONSIDERANDO a expressa demonstração de interesse do COMPROMISSÁRIO em solucionar o caso de forma extrajudicial, evitando, com isso, a necessidade do ajuizamento de ação de responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que *"na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente"*, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que o responsável pelo ato de improbidade administrativa está sujeito às sanções previstas no art. 12, incisos I, II e III, da Lei n. 8.429/92, os quais podem ser aplicados isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, razão pela qual a punição do agente público ou político ímprobo deve ser proporcional à gravidade da sua conduta (intensidade do dolo), às

2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro Da Imperatriz

consequências jurídicas do ato (montante do proveito econômico auferido e/ou do dano causado ao erário), à repercussão e ao grau de reprovabilidade sociais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 12, inciso I, da Lei n. 8.429/92, e levando-se em conta a gravidade dos fatos cometidos e da conduta do agente, a extensão do dano (de pequena monta, além de não ser passível de identificação concreta) e o proveito patrimonial do agente, tem-se que a aplicação cumulada e imediata das penas de **reparação dos danos** (ainda que por estimativa) e de **multa civil** são suficientes para alcançar o caráter punitivo e pedagógico da sanção;

CONSIDERANDO o teor do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.437/85, e do art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, os quais facultam ao representante do Ministério Público a possibilidade de lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo;

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, doravante denominado apenas **TERMO**, com fundamento no art. 37 da Constituição Federal, art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), arts. 92 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina) e art. 25 do Ato 395/2018/PGJ e, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

O presente termo tem como objetivo como compelir extrajudicialmente o **COMPROMISSÁRIO** ao ressarcimento integral do dano causado ao patrimônio público decorrente da utilização do veículo oficial para fins particulares, bem como a pagar multa civil, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa que gerou dano ao erário e atentou contra os Princípios da Administração Pública, previsto no art. 10, *caput* e inciso II, c/c art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92, evitando-se, com isso, a judicialização do caso.

2. DAS OBRIGAÇÕES

2.1 O COMPROMISSÁRIO assume a **OBRIGAÇÃO DE FAZER** consistente em no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da assinatura do presente ajuste, ressarcir integralmente o dano causado ao patrimônio público identificado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2016.00008827-1, devolvendo ao Município de Águas Mornas/SC a quantia de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, valor estimado do dano ao erário referente a utilização do veículo oficial para locomoção entre a sua residência e local de trabalho e a depreciação do veículo, conforme exposto no cálculo anexo ao presente ajuste;

2.1.1 O valor descrito no *caput* da presente cláusula será recolhido em uma só vez e deverá ser pago mediante depósito direto na conta bancária do Ente Público ou por meio de boleto bancário/guia de recolhimento a ser obtido na

2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro Da Imperatriz

Prefeitura Municipal de Águas Mornas/SC;

2.1.2 O COMPROMISSÁRIO obriga-se promover a juntada nesta Promotoria de Justiça, no prazo de **5 (cinco) dias** após o pagamento, de cópia do comprovante de pagamento ou de depósito.

2.2 O COMPROMISSÁRIO compromete-se em efetuar o pagamento de **multa civil** no importe de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)**, valor a ser pago em 2 (duas) parcelas sucessivas de R\$ 300,00 (trezentos reais), com vencimentos em 60 e 90 dias, a contar dessa data, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Estado de Santa Catarina, previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, mediante expedição boleto bancário;

2.3 O inadimplemento das obrigações acima ajustadas sujeitará o COMPROMISSÁRIO ao pagamento dos seguintes encargos, sem prejuízo do protesto do presente título e da sua execução judicial:

- a) multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- b) juros de mora de 1% ao mês, contados a partir do vencimento da obrigação;
- c) atualização monetária pelo IPCA-e ou outro índice oficial que o substitua;

2.3.1 Os encargos serão destinados ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo decreto n. 1.047, de 10.12.87.

2.4 O COMPROMISSÁRIO assume a **OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER**, consistente em não utilizar qualquer veículo oficial do Município de Águas Mornas para fins particulares, inclusive, abster-se de estaciona-los em sua(s) propriedade(s) particular(es);

2.4.1 O descumprimento da obrigação acima incide multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a cada vez que for utilizado o veículo do Município de Águas Mornas para fins particulares, a ser revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 e regulamentado pelo Decreto n. 808/2012.

2.4.2 Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nos itens acima, ou a continuidade da conduta irregular, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada como da obrigação de fazer e não fazer.

2.5 As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu

2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro Da Imperatriz

aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

2.6 Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer Órgão Público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O **COMPROMITENTE** se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de cunho civil, contra o compromissário com vistas ao cumprimento da obrigação enquanto não vencer o prazo estipulado no presente acordo.

3.2 O presente TAC entrará em vigor na data de sua assinatura, cuja validade e força executiva independem da apreciação pelo Conselho Superior do Ministério Público.

3.3 Por fim, o **COMPROMISSÁRIO** fica ciente de que com a assinatura do presente termo proceder-se-á a Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2016.00008827-1 tocante aos fatos objeto deste ajuste, a qual será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação e posterior homologação, nos termos do disposto no art. 49 do Ato 395/2018/PGJ.

E, por estarem assim compromissados, firmam este **TERMO** em 3 (três) vias vias de igual teor.

Santo Amaro da Imperatriz, 6 de maio de 2019.

Lara Peplau
Promotora de Justiça
Compromitente

Mário Fernandes
Compromissário

Cálculo do dano ao erário

Distância de casaXtrabalho trabalhoXcasa	160 metros
Distância percorrida por dia	640 metros 160m (ida) + 160m (volta) almoço 160m (ida) + 160m (volta)
Média consumo gasolina veículo VW/Gol 1.6 na cidade	10,7km/l
Consumo de combustível aproximado por mês	1,19l

Gasto no ano de 2012

Preço médio gasolina em dezembro 2012	R\$ 2,75
Gasto mensal de combustível	R\$ 3,27
Gasto total de combustível no ano	R\$ 9,81
Valor atualizado monetariamente	R\$13,93

Gasto no ano de 2013

Preço médio gasolina em dezembro 2013	R\$2,97
Gasto mensal de combustível	R\$3,53
Gasto total de combustível no ano	R\$ 42,41
Valor atualizado monetariamente	R\$56,96

Gasto no ano de 2014

Preço médio gasolina em dezembro 2014	R\$3,00
Gasto mensal de combustível	R\$3,57
Gasto total de combustível no ano	R\$ 42,80
Valor atualizado monetariamente	R\$54,11

Gasto no ano de 2015

Preço médio gasolina em dezembro 2015	R\$3,58
Gasto mensal de combustível	R\$4,26
Gasto total de combustível no ano	R\$ 51,12
Valor atualizado monetariamente	R\$ 58,08

Gasto no ano de 2016

Preço médio gasolina em dezembro 2016	R\$ 3,75
Gasto mensal de combustível	R\$ 4,46
Gasto total de combustível no ano	R\$ 53,52
Valor atualizado monetariamente	R\$57,04

Gasto no ano de 2017

Preço médio gasolina em maio 2017	R\$ 3,85
Gasto mensal de combustível	R\$ 4,58
Gasto total de combustível ate maio 2017	R\$ 22,90

Valor atualizado monetariamente	R\$ 24,07
--	------------------

Valor total atualizado e aproximado do dano causado ao erário do Município de Águas Mornas	R\$ 264,19
Depreciação veicular *	R\$ 35,81
TOTAL	R\$ 300,00

*Com a identificação aproximada do gasto com combustível, optou-se por arredondar o valor de R\$ 264,19 para R\$ 300,00 a fim de que tal diferença figure como custo pela depreciação veicular.